

Documento de trabalho 14/2019

20 de Novembro de 2019



# **A morte de Franco e do franquismo nos relatórios diplomáticos da embaixada portuguesa em Madrid**

José Miguel Sardica



## A morte de Franco e do franquismo nos relatórios diplomáticos da embaixada portuguesa em Madrid

**José Miguel Sardica** | Historian and Associate Professor, School of Human Sciences / Institute for Political Studies, Catholic University of Portugal.

### Índice

Resumo.....	2
Palavras-chave .....	3
1. Introdução.....	4
2. As relações diplomáticas entre Lisboa e Madrid em 1974-1975.....	6
3. A decadência política do franquismo.....	10
4. A morte do General Francisco Franco.....	15
5. A erosão ideológica dos franquistas.....	19
Conclusão.....	22
Referências.....	25
Fontes Primárias.....	25
Bibliografia .....	25

### Resumo

Francisco Franco, o Generalíssimo e Caudilho que governara o regime ditatorial espanhol desde 1939, morreu em Madrid, a 20 de novembro de 1975, abrindo o caminho de *Transición* para a democracia, dentro de um processo político ibérico mais vasto, e já em curso, iniciado pelo golpe de Estado português de 25 de abril de 1974 e pela subsequente revolução lusa de 1974-1975.

Este texto tem por objetivo central analisar como a morte de Franco e, de forma mais alargada, o seu contorno político em Espanha foram recebidos em Portugal, explorando os relatórios e informes diplomáticos enviados para Lisboa pela embaixada portuguesa em Madrid, nos últimos meses de 1975. O estudo da narrativa do embaixador português revela dois grandes aspetos: primeiro, e desde logo, que o desaparecimento físico do Caudilho era, no final de 1975, uma inevitabilidade à espera de acontecer, dada a sua gravíssima condição de saúde, um facto que de alguma maneira transformou o óbito de Franco numa ocorrência pouco significativa em si mesma; segundo, e mais importante, que a morte do ditador espanhol foi apenas uma peça, ou um momento, de um processo político mais vasto – e esse sim, realmente decisivo para o futuro do país vizinho – que ligou a decadência política do franquismo, ainda em vida do Caudilho, à rápida erosão ideológica dos franquistas, após a sua morte, como ficou claro pelos primeiros passos da nova monarquia de D. Juan Carlos I.

Na sua conclusão, o texto sustenta que, no quadro das interdependências entre os dois países ibéricos, o desaparecimento de Franco parece ter tido pouca ou nenhuma influência *direta* na liquidação do radicalismo político português, obtida através da operação militar pró-moderada de 25 de novembro de 1975, em Lisboa, que permitiu encerrar o processo revolucionário em Portugal. Assim, mais do que a *ocorrência* quase simultânea dos dois factos, são as *consequências* convergentes de ambos para a democratização da Península o que a história e a política ibéricas mais devem recordar.

### Palavras-chave

Francisco Franco; Franquismo; Espanha; Portugal; Diplomacia; Revolução; Transição; Democracia.

### The death of Franco and of Francoism in the Portuguese diplomatic reports from Madrid

#### Summary

General Francisco Franco, the long-standing *Caudillo* who had governed the Spanish dictatorial regime since 1939, died in Madrid on 20 November 1975, paving the way for the *Transición* towards democracy, within a broader and unfolding Iberian political process which had been ignited earlier by the Portuguese anti-dictatorial coup d'état and ensuing revolutionary period (1974-1975).

The aim of this text is to analyze how Franco's death and, broadly, its political contour in Spain, were received in neighbouring Portugal, by scrutinizing the content of diplomatic reports sent to Lisbon by the Portuguese embassy in Madrid in the last months of 1975. The analysis of the Portuguese ambassador's narrative allows for a twofold argument. Firstly, that Franco's death was, by late 1975, an inevitability waiting to happen, given his severe health condition, which somehow transformed that fact into an uneventful occurrence. Secondly, that Franco's physical disappearance was but part and play of a larger process, connecting the political decay of Francoism and the ideological waning of the last francoists, as shown by the first steps of Juan Carlos I coming (democratic) monarchy.

In the conclusion, the text purports that, within the broader interdependences between the two Iberian countries, the death of Franco seems to have had little *direct* influence on the taming of Portuguese political radicalism, attained through the pro-moderate military operation of 25 November 1975 in Lisbon, despite the convergence that both events had in fostering the democratic path followed both by Madrid and Lisbon after the end of that year. Therefore, rather than the almost simultaneous *occurrence* of the two facts, it was the convergence *consequences* of them both for the democratization of the Peninsula that which Iberian history and politics should remember.

#### Keywords

Francisco Franco; Francoism, Spain; Portugal; Diplomacy; Revolution; Transition; Democracy.

## 1. Introdução

Francisco Franco y Bahamonde, Generalíssimo e Caudilho de Espanha, e António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros de Portugal, foram os dois mais longevos ditadores da história da Europa ocidental durante o século XX. Salazar chegou ao poder em 1932, antes de Franco, que apenas em 1939 conseguiu vencer a cruelíssima guerra civil que dividiu a Espanha durante quase três anos. Sobreviventes aos ventos democratizadores do pós-II Guerra Mundial, muito por causa do anticomunismo que partilhavam com as grandes potências ocidentais da Guerra Fria, envelheceram ambos no poder, emprestando às duas ditaduras um carácter politicamente anacrónico, num mundo em mudança, e numa Península Ibérica que também evoluiu e se transformou, nos planos social, económico, cultural e mental, ao longo das décadas de 1950 e de 1960<sup>1</sup>.

Substituído na presidência do Conselho por Marcelo Caetano, em setembro de 1968, Salazar morreu em julho de 1970, com 81 anos. Franco, por seu turno, sobreviveu a Salazar e pôde, assim, observar o espetáculo pouco digno da reclusão final do estadista português na sua residência oficial, o Palácio de São Bento, já inválido, à espera da morte, por entre patéticas aparições públicas ou fotografias que apenas serviam para vincar a sua decadência física e mental. Porventura não desejando ter um fim semelhante, o ditador espanhol colheu lições do caso português, preparando, logo depois da ascensão de Marcelo Caetano ao poder em Lisboa, uma solução sucessória para o dia seguinte ao franquismo – um passo que Salazar recusou fazer porque, para lá da pretensão de “assegurar a perenidade do regime político por ele concebido e mantido durante 40 anos”, sempre receou que uma eventual restauração da monarquia em Portugal, após o seu desaparecimento, na pessoa de D. Duarte Nuno de Bragança, conduzisse, a breve trecho, à democratização do país (o que viria a acontecer em Espanha)<sup>2</sup>. Foi, assim, por expressa determinação do Caudilho que se assentou na futura restauração da monarquia espanhola, e que, nos termos da *ley Orgánica del Estado*, o Príncipe D. Juan Carlos de Borbón foi nomeado, em 1969, futuro sucessor de Franco, numa transição de poderes que este esperava ser de continuidade da sua obra<sup>3</sup>. Apesar da *ralentización* da amizade ibérica, que vinha cavando um *vivir de espaldas* entre Madrid e Lisboa desde meados dos 1950<sup>4</sup>, o desaparecimento político e físico de Salazar fez algumas – embora não muitas – manchetes em Espanha<sup>5</sup>, dado tratar-se do ditador vizinho de um regime que seguia sendo, também, uma ditadura, apesar do *aperturismo* tecnocrata das novas gerações, que emulava a “renovação na continuidade” lançada por Marcelo Caetano<sup>6</sup>. Em junho de 1973, enfraquecido e com

---

<sup>1</sup> Para a relação entre Portugal e Espanha desde os primórdios das duas ditaduras ibéricas até à consolidação das duas democracias, v. Ferreira, 1989, Oliveira, 1995, Vicente, 2003 ou Sardica, 2013, bem como os artigos ou capítulos síntese de Torre Gómez, 1998, Gaspar, 2000, ou Queirós, 2009.

<sup>2</sup> Amaral, 1995, pp. 83-84.

<sup>3</sup> Preston, 2004, pp. 798-802.

<sup>4</sup> V. Sardica, 2013, pp. 195 e ss, e, mais extensamente, Jiménez Redondo, 1996.

<sup>5</sup> Os principais jornais madrilenos não dedicaram ao óbito do histórico ditador português mais do que algumas discretas referências. O Caudilho não compareceu na missa mandada rezar em Madrid por alma de Salazar – embora a ausência possa ter sido ditada por razões de saúde (Antunes, 2003, pp. 191 e 308).

<sup>6</sup> Sardica, 2013, pp. 222-225.

(cont.)

evidentes sinais de progressão da doença de Parkinson, Franco aceitou finalmente entregar a chefia do governo, que ocupara durante 35 anos, ao almirante Luis Carrero Blanco, um fiel tradicionalista, retendo para si apenas a chefia do Estado<sup>7</sup>. Carrero Blanco seria, porém, assassinado pela ETA seis meses volvidos, para profundo desgosto e desânimo do Generalíssimo, para quem o desaparecimento do seu braço-direito e a própria brutalidade do atentado que o vitimou significaram o começo da “morte do franquismo em vida de Franco”<sup>8</sup>.

Em janeiro de 1974, o Caudilho empossou Carlos Arias Navarro como presidente de um executivo que nunca deixaria de ser – enquanto durou, até 1976 – um híbrido de imobilistas e de reformistas, oscilando entre a pressão dos ultras (o *bunker* ou a “*camarilla de El Pardo*”, como eram conhecidos na gíria política espanhola), e as oposições moderadas que encetaram a sua rota a caminho do poder<sup>9</sup>. Quando o golpe militar de 25 de abril de 1974 se deu em Lisboa, derrubando Marcelo Caetano e pondo fim a quase meio século de regime ditatorial, o governo de Arias Navarro já vivia acossado, num vaivém de abertura e retrocesso, entre os que o consideravam demasiado liberal e os que o consideravam demasiado conservador. E, na cúpula do Estado espanhol, com 81 anos, o velho Franco viveu os seus últimos meses de vida temendo acabar como Salazar, inutilizado e proscrito, e contemplando com surpresa, receio ou verdadeiro terror o processo revolucionário desenrolado em Portugal em 1974-1975.

A morte de Franco, ocorrida a 20 de novembro de 1975, coincidiu com os derradeiros estertores do PREC português (o “Período Revolucionário em Curso”), vencidos pelo contragolpe moderado de 25 de novembro, em Lisboa – o momento que abriu a porta à vitória do centro político sobre a extrema-esquerda e à normalização de uma democracia pluralista e pró-ocidental em Portugal, depois dos meses da radicalização esquerdista e do verão e outono quentes desse ano. Ao contrário da conjuntura de Madrid, em julho de 1970, aquando do óbito de Salazar, o momento político de novembro de 1975 em Lisboa dominava todas as atenções públicas, deixando pouco espaço para os ecos da morte do Caudilho espanhol. Dezanove meses volvidos sobre o golpe libertador de abril de 1974, ninguém, em Portugal, estimava a ditadura espanhola e ainda menos o seu (ainda) líder. Franco era uma abencerragem, um anacronismo, o último dos “fascistas”.

A atualidade portuguesa, pela sua novidade revolucionária ou democrática, era muito mais seguida em Espanha do que o inverso, provando o quanto o pioneirismo político luso teve uma influência determinante na preparação e primeiros tempos da *transición* política que se viria a operar no país vizinho. Em todo o caso, mesmo que pouco presente nas páginas da imprensa diária ou semanal portuguesa, o estertor da ditadura franquista não deixou de ter as suas testemunhas e analistas lusos, que deixaram para

---

<sup>7</sup> González Cuevas, 2000, p. 418, e Preston, 2004, pp. 818-820.

<sup>8</sup> Sánchez Cervelló, 1993, p. 334.

<sup>9</sup> Preston, 2004, pp. 825-826. De acordo com o conhecido biógrafo do ditador espanhol, a escolha de Carlos Arias Navarro, *alcalde* de Madrid, ministro do Interior e um dos favoritos de D. Carmén Franco, para suceder a Luís Carrero Blanco foi “a última decisão política importante de Franco”; a partir desse momento, encetou-se “a transição para a democracia e ele seria um espectador das lutas políticas que se seguiram” (p. 825).

a posteridade uma leitura pessoal e coeva da atualidade política dessa Madrid aparentemente distante, permeada de apontamentos sobre a própria relação peninsular, numa conjuntura – a de 1975 – que foi de acesa dessintonia ibérica e, só no final do ano, de convergência e aproximação.

O objetivo deste texto é o de explorar a forma como os relatórios e as informações enviados pelo embaixador de Portugal em Espanha – João Eduardo de Meneses Rosa – noticiaram e comentaram a morte de Franco e, de maneira mais alargada, o seu contorno político, antes e depois desse desfecho. A análise dessas fontes e narrativa diplomáticas revela dois grandes aspetos: primeiro, e desde logo, que o desaparecimento físico do Caudilho era, no final de 1975, uma inevitabilidade à espera de acontecer, dada a sua gravíssima condição de saúde, um facto que de alguma maneira transformou o óbito de Franco numa ocorrência pouco significativa em si mesma; segundo, e mais importante, que a morte do ditador espanhol foi apenas uma peça, ou um momento, de um processo político mais vasto – e esse sim, realmente decisivo para o futuro do país vizinho – que ligou a decadência política do franquismo, ainda em vida do Caudilho, à rápida erosão ideológica dos franquistas, após a sua morte, como ficou claro pelos primeiros passos da nova monarquia de D. Juan Carlos I. Sem negar as interinfluências então vividas entre a revolução portuguesa e a *transición* espanhola, já em curso em 1975, a investigação mostra que era o futuro pós-franquista, e não tanto a morte de Franco, o que mais preocupava os espanhóis e o que mais ocupou os informes da embaixada expedidos de Madrid para Lisboa; e que – pelo menos nos corredores diplomáticos – foi mais o resultado político do “25 de novembro” português a ter ecos em Espanha do que o óbito do ditador espanhol a impactar no quotidiano da luta ideológica portuguesa, e no desfecho do PREC, então alcançado.

## **2. As relações diplomáticas entre Lisboa e Madrid em 1974-1975.**

A revolução do 25 de abril de 1974 catapultou Portugal para o palco mundial, atraindo atenção internacional generalizada para o que estava a acontecer no canto mais sudoeste da Europa, por oferecer ao mundo uma experiência ideológica, política e social que seduziu democratas, socialistas, comunistas e afins, ao mesmo tempo que alarmou tradicionalistas, conservadores e outros simpatizantes das direitas. Em nenhum país como em Espanha o 25 de abril português – a “*Revolución de los Claveles*” – e o muito que se seguiu foram acompanhados com tanta atenção e com tão diversas leituras e reações. Em 1974-1975, com um Portugal oscilante entre a promessa democrática e a via socialista-comunista, e uma Espanha ainda ditatorial, vivendo o seu tardo-franquismo agonizante, a ligação peninsular mudou de forma rápida, trocando relações até aí pacíficas, mas “indiferentes”, por um “encontro vacilante”<sup>10</sup>, na busca de um novo diálogo luso-espanhol que só foi possível sintonizar de forma estável depois da extinção do PREC luso e da morte de Franco. Desde abril de 1974 até esse momento, durante dezanove meses, os dois Estados peninsulares atravessaram “um período de manifesta assincronia interna”<sup>11</sup>, num arremedo de regresso histórico a 1910, com um Portugal à esquerda e uma Espanha à direita, ou a 1936 invertido, quando Portugal já estava à

---

<sup>10</sup> Torre Gómez, 1998, p. 147.

<sup>11</sup> Torre Gómez, 1998, p. 148.

direita (com Salazar), e a Espanha à esquerda (com a Frente Popular de Manuel Azaña, que motivou o *alzamiento* de Franco e o início da Guerra Civil).

A democratização da Península, operada, no total, entre abril de 1974 e dezembro de 1978 (quando foi aprovada a Constituição democrática espanhola), foi um processo repleto de interinfluências e de interdependências. O pioneirismo do 25 de abril português encetou um caminho que se tornaria, a prazo, ibérico, ativando um turbilhão político de acontecimentos e opções ideológicas, de golpes e contragolpes, de avanços e recuos que inspiraram e determinaram equilíbrios e opções no tardo-franquismo espanhol. É hoje da praxe reconhecer que a revolução portuguesa marcou o debate político no país vizinho, ao ponto de se sugerir que a saída da ditadura franquista teria sido diferente sem o 25 de abril, e que este atuou como moderador, como calmante para a evolução espanhola, ajudando os políticos locais a decantarem o que poderiam fazer e, sobretudo, o que não deveriam deixar que (ali) se fizesse<sup>12</sup>.

Durante mais de um ano e meio, o general Franco e os ultras, na extrema-direita, o governo de Arias Navarro, no equilíbrio possível, os reformistas, o PSOE e o PCE (eurocomunista), na oposição moderada à esquerda, e a miríade de oposições radicais de extrema-esquerda, observaram com terror, receio, curiosidade, expectativa, esperança ou entusiasmo o que se passava no parceiro mais pequeno da Península. Na cúpulas do Estado, a Espanha evoluiu do rápido reconhecimento do golpe português<sup>13</sup> e da não ingerência oficial para algum apoio discreto (a partir da demissão de Spínola da presidência, em setembro de 1974), e depois mais visível (a partir da viragem portuguesa para a extrema-esquerda, em março de 1975) aos projetos de contrarrevolução, sobretudo alimentados por portugueses que procuravam e obtinham asilo político no país vizinho<sup>14</sup>; seguiu-se uma distensão, quando os moderados começaram a levar vantagem em Lisboa (na sequência do fim do gonçalvismo, em setembro de 1975), não obstante o pico de tensão relacional motivado pelo assalto à embaixada e consulado de Espanha em Portugal; e finalmente uma convergência e reconciliação, selada oficialmente em fevereiro de 1976, no encontro entre Ernesto Melo Antunes e José María Areilza, ministros dos negócios estrangeiros dos dois países, a

---

<sup>12</sup> Sánchez Cervelló, 1993, pp. 382-383. Nas palavras de Mário Soares, o líder histórico do Partido Socialista português e figura cimeira da política lusa pós-1974, “a Revolução de Abril teve uma enorme repercussão em Espanha, e contribuiu muito positivamente para a ‘transição democrática’ espanhola que se daria dois anos mais tarde, em 1976, após a morte de Franco” (Avillez, 1996, p. 244).

<sup>13</sup> O governo espanhol declarou a Junta de Salvação Nacional como legítima depositária do poder em Portugal logo a 29 de abril (na companhia dos EUA e da RFA), e Franco cumprimentou Spínola por telegrama, a 15 de maio, aquando da investidura deste na presidência da República, acreditando de imediato em Portugal um novo embaixador, Antonio Poch y Gutierrez (Antunes, 2003, p. 61). Diplomata de carreira, Antonio Poch ocupara, em 1973-1974, o lugar de presidente do Conselho Superior de Assuntos Exteriores de Espanha. Depois da missão em Lisboa, entre 1974 e 1976, seria embaixador em Atenas, entre 1976 e 1978, e na UNESCO, entre 1978 e 1982.

<sup>14</sup> Foi sobretudo a partir de finais de 1974, após a queda do moderado General Spínola da presidência da República, e ainda mais após a radicalização esquerdista que se seguiu ao 11 de março de 1975, que a emigração portuguesa para Espanha engrossou: antigos membros da PIDE, como Agostinho Barbieri Cardoso, antigos ministros marcelistas, como António Gonçalves Rapazote, e diversa gente endinheirada, temendo a revolução, refugiou-se em Madrid; e foi em solo espanhol que surgiu o MDLP (Movimento Democrático para a Libertação de Portugal), liderado por Spínola e incluindo nomes como Alpoim Galvão, José Miguel Júdice ou Marques Bessa (Sardica, 2013, pp. 246-248).

(cont.)

caminho da normalização bilateral no novo quadro da democracia (re)descoberta por ambos os Estados e sociedades<sup>15</sup>.

Ao contrário da multidão anónima espanhola, para quem os cravos de abril eram como que “*una bocanada de aire puro*”<sup>16</sup> que poderia contagiar favoravelmente a sonhada democratização espanhola, Franco, o seu *bunker* e o governo de Arias Navarro receberam com alarme e desgosto as notícias do fim do marcelismo e do Estado Novo. No quadro da Europa de então – e à parte a ditadura grega, que também cairia de forma rápida, em junho de 1974 – o Portugal marcelista deposto era o único regime em que o franquismo podia “*mirarse como en un espejo*”<sup>17</sup>. O poder madrileno, contudo, e muito por vontade expressa do Caudilho, resistiu sempre à tentação, defendida por alguns dos direitistas mais radicais, de intervir, militarmente ou por outra via, no processo revolucionário luso, com o fito de não dar às novas forças políticas lisboetas qualquer pretexto para ingerências na vida do país vizinho, auxiliando as muitas oposições que já se perfilavam contra Franco e o franquismo<sup>18</sup>. Em troca desta neutralidade, a nova diplomacia lusa expressou uma preocupação e uma linha de atuação semelhantes, assegurando à Espanha que a revolução não era exportável e que Portugal nada faria para perturbar a rotina política espanhola.

Foi essa conduta geral de não intervenção, respeito mútuo pelas diferenças e boa vizinhança que Mário Soares, regressado do exílio e logo empossado ministro dos Negócios Estrangeiros em maio de 1974, comunicou ao seu amigo Manuel Fraga Iribarne, ao tempo embaixador espanhol em Londres, a Antonio Poch y Gutierrez, o embaixador espanhol em Lisboa, e também ao seu homólogo, Pedro Cortina Mauri, o ministro dos Assuntos Exteriores do gabinete de Arias Navarro<sup>19</sup>. Para evitar sobressaltos diplomáticos, o Governo Provisório português foi até ao ponto de deixar em funções, durante alguns meses, o embaixador que Marcelo Caetano nomeara para Espanha em 1968, Manuel Farrajota Rocha. Quando este pediu escusa do cargo, no início de agosto, a embaixada portuguesa em Madrid ficou, interinamente, nas mãos do encarregado de negócios, Amândio Mourão de Mendonça de Corte-Real da Silva Pinto. Foi somente a 2 de novembro de 1974 que o III Governo Provisório (com Soares à frente

---

<sup>15</sup> Sánchez Cervelló, 2002, pp. 284-285, e Sardica, 2013, pp. 237-266.

<sup>16</sup> Lemus López, 2002, p. 104.

<sup>17</sup> Martorell e Juliá, 2012, p. 384.

<sup>18</sup> Telo, 2008, pp. 191-192.

<sup>19</sup> V. Avillez, 1996, p. 344. Recordando 1974-1975, Mário Soares haveria de afirmar: “Temia que a revolução, malvista por Franco, desse ensejo, ou despertasse nos espanhóis, a vontade de apoiarem uma intervenção dos salazaristas que viessem, acaso, a fugir para lá [Espanha], como sucedera com as incursões monárquicas, no início da I República [...] Era uma preocupação que não podia menosprezar, apesar de os tempos serem outros”. Mas Fraga Iribarne e Antonio Poch garantiram-lhe que “respeitariam a Revolução” e que a Espanha não se “intrometeria” no “processo político português”, esperando, em troca, que Portugal “não se manifestasse contra Franco”. Foi isso que permitiu aos dois países, mesmo com um ou outro atrito ou desconfiança, prosseguirem “a sua tradicional política de boa vizinhança” (p. 344).

(cont.)



do MNE), nomeou para Madrid um novo embaixador, João Eduardo de Meneses Rosa<sup>20</sup>.

Meneses Rosa era um diplomata de carreira. Nascido em julho de 1918, em Beja, licenciara-se em Direito na Universidade de Lisboa, prestando provas para lugar de adido de legação em 1947. Começou nos corredores do MNE como cônsul de 3.<sup>a</sup> classe em 1948, sendo logo enviado para cônsul-adjunto do Consulado-Geral do Rio de Janeiro nesse mesmo ano. Ao longo da década de 1950 serviu não apenas no Rio de Janeiro, mas também nos consulados ou legações portuguesas de Santos, no Brasil, de Caracas, na Venezuela, de Havana, em Cuba, ou da Cidade do México, funções que alternava com períodos exercidos na Secretaria de Estado do MNE, em Lisboa. Em 1959, foi aprovado no concurso para conselheiros de legação e cônsules-gerais, sendo colocado em Dakar, em 1960, e em Washington, em 1961. Foi na capital norte-americana que recebeu, em 1964, a promoção a ministro plenipotenciário de 2.<sup>o</sup> classe, passando à 1.<sup>a</sup> classe nos finais de 1966, quando transitou para a embaixada portuguesa em Pretória, na África do Sul. Ali foi promovido a embaixador, em 1971, e ali estava quando a revolução chegou a Portugal<sup>21</sup>. Depois de mais de um quarto de século como alto funcionário público do Estado Novo, Meneses Rosa integrou-se pacificamente na nova ordem política. Tinha 56 anos quando partiu para Madrid, uma das embaixadas mais importantes da diplomacia portuguesa – e particularmente importante, dada a contiguidade ibérica, naquele ano de 1974. E em Madrid ficaria quase três anos, até ao verão de 1977, quando foi colocado em Brasília, cedendo o seu lugar na capital espanhola a Vítor Cunha Rego<sup>22</sup>.

Na sua qualidade de embaixador, João Eduardo Meneses Rosa – um nome pouco conhecido nos relatos políticos da génese da democracia portuguesa – foi uma das testemunhas melhor colocadas e o informador oficial da vida espanhola, ecoada nas suas informações para os diferentes governos e, sobretudo, para os ministros dos Negócios Estrangeiros, seus superiores hierárquicos, a quem reportou. Titulando o Palácio das Necessidades, em Lisboa, estiveram – no período que aqui importa – Mário Soares, de maio de 1974 a março de 1975, e Ernesto Melo Antunes, de março de 1975 a julho de 1976, com uma pequena interrupção, correspondente à vigência do V e último Governo Provisório em Lisboa (8 de agosto a 19 de setembro de 1975), em que o detentor da pasta foi Mário João de Oliveira Ruivo. Pelas suas origens e carreira passada, Meneses Rosa estava longe de qualquer radicalismo ideológico – e não foi

---

<sup>20</sup> Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa), *Relações Diplomáticas A-Z / Espanha: Titulares de Cargos (1974-1977)* [<https://idi.mne.pt/pt/titulares/580-espanha.html>, acedido a 9.1.2019].

<sup>21</sup> V. *Anuário Diplomático e Consular Português*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Vol. LXX, 1988, pp. 473-474.

<sup>22</sup> V. *Anuário Diplomático e Consular Português (ibidem)*, e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa), *Relações Diplomáticas A-Z / Espanha: Titulares de Cargos (1974-1977)* [<https://idi.mne.pt/pt/titulares/580-espanha.html>, acedido a 9.1.2019]. Depois de quatro anos em Brasília, entre 1977 e 1981, João Meneses Rosa seria ainda embaixador em Roma, entre 1981 e 1983, tendo então, uma vez atingidos os 65 anos, passado à disponibilidade e regressado a Lisboa. Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, da Ordem de Isabel a Católica de Espanha, da Ordem do Cruzeiro do Sul e da Ordem do Rio Branco, do Brasil, e da Ordem da Boa Esperança, da África do Sul, Meneses Rosas aposentou-se do MNE com 70 anos, em junho de 1989 (*Diário da República*, II Série, n.º 143, 24.6.1989, p. 6236).

nunca um embaixador político. Era um diplomata experimentado, e foi um observador atento e cronista rigoroso da realidade espanhola em que viveu imerso.

Dadas as circunstâncias muito especiais do próprio ano de 1975 – a radicalização esquerdista em Portugal, coincidindo com os últimos meses de vida de Franco em Espanha – a sua relação mais continuada foi com Melo Antunes. Ambos, ministro e embaixador, estiveram sempre em sintonia. E, por isso, Meneses Rosa atuou sempre balizado pelas palavras que Melo Antunes confidenciou a um jornalista espanhol, em Lisboa, em abril de 1975, pouco depois de tomar posse, numa entrevista que os serviços do Ministério se apressaram a enviar para a embaixada de Portugal em Madrid: “Penso que Portugal e Espanha, sejam quais forem os regimes políticos e sociais existentes em cada um dos países, deverão viver sempre em boas relações de amizade e cooperação e deverão aprofundar essas mesmas relações em todos os campos. Julgo que há toda a vantagem para os povos da Península Ibérica que, entre Portugal e Espanha, sem ingerências nos assuntos internos de cada um dos países, se possam desenvolver formas concretas de cooperação em todos os domínios”. E tudo isso porque, como resumia Melo Antunes, à parte o desejo e a conveniência política, “estamos condenados a viver juntos. Não emprego o termo condenação no seu sentido pejorativo, mas sim num sentido claramente positivo”<sup>23</sup>. Foi o pulsar espanhol, indeligiável do pulsar português, num pano de fundo de rápida mudança, que Meneses Rosa testemunhou, conforme a seguir se detalha, antes, no momento e imediatamente após a morte do Generalíssimo Francisco Franco.

### 3. A decadência política do franquismo

Em 1974, e sobretudo a partir de março de 1975, quando o processo revolucionário português se radicalizou, com a ascensão política da extrema-esquerda, a substituição da Junta de Salvação Nacional pelo Conselho da Revolução e a vaga das nacionalizações e ocupações agrárias, Franco contemplava Portugal com profunda inquietude. Os acontecimentos do país vizinho pareciam-lhe “uma destruição inútil da obra de Salazar”<sup>24</sup> (e não de Marcelo Caetano, note-se). A este mal estar político somava-se o que ele próprio sentia pela política interna espanhola, onde pontuavam as movimentações oposicionistas, mais ou menos violentas, e a questão marroquina<sup>25</sup>, acoçando o tardo-franquismo. A fragilidade física e os sintomas de senilidade mental do Caudilho preocupavam sobremaneira os que mais de perto o rodeavam e (ainda)

---

<sup>23</sup> Arquivo Histórico Diplomático (doravante AHD), Coleção de Telegramas enviados para a Embaixada de Portugal em Madrid (doravante Telegramas Lisboa-Madrid), pasta 88, n.º 77, 24.4.1975.

<sup>24</sup> Preston, 2004, p. 834.

<sup>25</sup> A presença em Marrocos era o que restava do outrora majestoso império colonial espanhol. Voluntariamente ou a contragosto, compreendendo melhor os ventos da descolonização, que Salazar jamais aceitara escutar, Franco estava a enfrentar a questão do Saara, pressionado pela urgência marroquina em dali extirpar o que restava da presença espanhola. Um estatuto autonómico fora já aprovado em maio de 1974 e ratificado pelos representantes locais em julho desse ano. Em março de 1975, Madrid anunciou o abandono formal do território, evitando lançar o exército espanhol contra a Frente Polisário, numa campanha colonial que teria efeitos imprevisíveis, como se vira em Angola, na Guiné e Moçambique, no caso português. O assunto arrastou-se ainda durante alguns meses, com escaramuças locais. Mas, a partir do princípio de 1976, a Espanha ficou apenas com a posse das cidades de Ceuta e Melilla, na costa mediterrânica de Marrocos (v. Sánchez Cervelló, 1993, pp. 402-407).

(cont.)

apoiavam – os ultras, o *bunker*, que precisavam de Franco vivo e lúcido para os seus planos e que sentiam que o seu desaparecimento seria o fim do *status quo* em que se tinham habituado a mandar e a prosperar.

Enquanto projeto ideológico e regime, o franquismo estava já em clara decadência política. A partir de finais de 1974 e ao longo do ano de 1975, a “sensação de desmoronamento era omnipresente”<sup>26</sup>. A ditadura estava “em galopante decomposição política”, com a ala mais dura a tentar, em vão, resistir à multiplicação de fações e planos que brandiam diferentes graus de rutura e promessas de reformismo ou de democracia, todos, no fundo, destinados “a enterrar Franco antes mesmo de ele sucumbir à lei da natureza”<sup>27</sup>. Sensações díspares de expectativa, de incerteza e de impasse cruzavam-se, numa ditadura deixada sozinha na Europa – após a queda do marcelismo em Portugal e dos militares na Grécia – e onde as opiniões públicas, as oposições de esquerda e as novas elites do centro-direita *aperturista* aguardavam o desmantelamento do franquismo.

A saúde de Franco, a sua capacidade e autonomia decisórias e o cenário e contornos de uma possível e desejada transição de poderes para o Príncipe D. Juan Carlos ocuparam maioritariamente a correspondência expedida de Madrid pelo embaixador português durante o ano de 1975. Em fevereiro, Meneses Rosa dava conta que havia círculos políticos espanhóis a defenderem a urgência daquela transição, porque a condição física de Franco podia agravar-se de um momento para o outro. Seria melhor que a investidura de D. Juan Carlos acontecesse ainda “por vontade expressa de Franco” e não “por morte ou impedimento” deste, para evitar vazios de poder. A verdade, porém, era que “ninguém teve até agora coragem para pôr diretamente o problema ao chefe do Estado”, o qual, entretanto, “aparenta, pela sua decadência física, uma imagem que a maior parte dos espanhóis desejaria não ter chegado a ver”<sup>28</sup>.

Em abril, a questão da “previsão sucessória” subia de tom: era alargado o consenso sobre a urgência de a fazer antes da morte de Franco; mas “forças que não se veem bem claras continuam a bloquear o natural desenvolvimento do processo”. Meneses Rosa identificava-as: tratava-se da “Falange histórica” e também dos “tradicionalistas e carlistas”, os primeiros por serem antimonárquicos e auto presumidos guardiões do capital político do franquismo, e os segundos por serem antidinásticos, ou seja, contra a monarquia nas mãos do ramo Borbón de D. Juan Carlos<sup>29</sup>. O governo de Arias Navarro também não facilitava: depois de ter dado alguns sinais de abertura em 1974, fletira entretanto para a direita, dando corpo ao chamado “*gironazo*” – e era de crer,

---

<sup>26</sup> Preston, 2004, p. 836.

<sup>27</sup> Martorell e Juliá, 2012, pp. 385 e 390.

<sup>28</sup> AHD, Coleção de Aerogramas recebidos da Embaixada de Portugal em Madrid (doravante Aerogramas Madrid-Lisboa), n.º A-4, 6.2.1975.

<sup>29</sup> O outro ramo rival da família Borbón era o dos chamados pretendentes carlistas ao trono, ao tempo representado por D. Carlos Hugo de Borbón-Parma. Mas em 1968 o pretendente carlista vira-se já envolvido em conspirações políticas de caráter subversivo, que tinham liquidado, aos olhos de Franco, toda e qualquer hipótese sucessória através dos Borbón-Parma.

(cont.)

acrescentava o embaixador, que os “desenvolvimentos no vizinho Portugal” pudessem ter de alguma maneira retardado os planos de câmbio de Franco pelo novo rei<sup>30</sup>.

Em maio, o embaixador reportou para Lisboa que uma comissão militar de oficiais intermédios visitara o Generalíssimo para o convencer “ter chegado o momento da sucessão”, argumentando que “os espanhóis”, de forma geral, “ansiavam que chegasse esse momento”<sup>31</sup>. O ditador servira o seu país, mas o franquismo chegara ao fim. Para provável desgosto de alguns ultras do *bunker*, parece que Franco se inclinava, de facto, para, ainda em vida, deixar o problema da sua “herança política” resolvido. D. Pilar Franco afirmara a várias pessoas que o irmão queria entregar ao Príncipe “uma Espanha completamente em paz, dentro e fora”; mas que, não estando ainda resolvida a questão marroquina, “as circunstâncias não eram ainda as mais adequadas para deixar o poder”<sup>32</sup>.

A partir de agosto de 1975, os rumores e a incerteza atingiram o paroxismo. Meneses Rosa traçava um quadro de contornos confusos, quando não contraditórios. Por um lado, sucediam-se encontros na residência de verão de Franco, na Galiza, entre o Caudilho e D. Juan Carlos, onde se conversava sobre “próximas decisões importantes” do ditador, e sobre assuntos tão díspares como o surto de terrorismo que grassava em Espanha, uma possível remodelação ministerial, com ou sem “endurecimento do setor das direitas”... e a transferência de poderes do chefe do Estado<sup>33</sup>. Por outro lado, também se dizia que a transmissão não seria para já e que Arias Navarro estava, por ora, em posição segura. Por junto, a verdade é que o momento político de Espanha era dos “mais importantes”: uma verdadeira encruzilhada, repleta, todos os dias, de afirmações oficiosas e de desmentidos oficiais. Mesmo com Franco ainda vivo, resumia o embaixador, já se estava perante “a difícil transição de um regime baseado numa figura histórica irrepetível para outro fundado no estrito funcionamento institucional”. Fontes anónimas tinham dito a Meneses Rosa que a intenção dos reformistas – a ala progressista do franquismo, cooptando já alguma da oposição moderada ao mesmo – era a de obrigarem à substituição de Arias Navarro por um governo presidido por Manuel Fraga Iribarne, antigo ministro da Informação de Franco, autor da famosa lei de imprensa de 1966, que reduzira drasticamente a censura e “liberalizara” o jornalismo no país vizinho. Seria esse o passo para forçar Franco a sair de cena e para abrir a porta “a mudanças políticas significativas, que a maioria do povo espanhol deseja e que políticos do centro ou da esquerda moderada são concordes em preconizar, pela via das reformas políticas pacíficas e ordeiras”, para que o país assim pudesse “superar as dificuldades do momento”<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-8, 9.4.1975. O “*gironazo*”, ou seja, a viragem à direita do governo de Arias Navarro, que começara por mostrar, no início de 1974, intenções reformistas e de moderação, ficou patente a partir do final de outubro de 1974, com a demissão do ministro da informação, Pío Cabanillas (e de outros altos funcionários), que a direita mais franquista acusava de ser “liberal” e de não pôr cobro aos apelos ou especulações de muitos órgãos de informação espanhóis em relação à saída de Franco do poder (González Cuevas, 2000, pp. 419-420, e Fusi Aizpúrua, 2001, pp. 793-794).

<sup>31</sup> AHD, Coleção de Telegramas recebidos da Embaixada de Portugal em Madrid (doravante Telegramas Madrid-Lisboa), pasta 137, n.º 189, 13.5.1975.

<sup>32</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-18, 2.7.1975.

<sup>33</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, n.º 285, 18.8.1975.

<sup>34</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-20, 27.8.1975. Sobre o perfil de Fraga Iribarne, v. González Cuevas, 2000, pp. 412-413.

No final de agosto, o Conselho de Ministros espanhol aprovou uma lei antiterrorista, ao abrigo da qual julgou e condenou à morte dois membros da ETA, a organização basca, e três operacionais das FRAP, a Frente Revolucionária Antifascista e Patriótica, um grupo armado de inspiração maoísta. Meneses Rosa foi informado pelo MNE que o governo de Lisboa dirigira de imediato ao governo espanhol um “pedido instante” para que essas execuções não fossem levadas a cabo. Não havia, da parte de Portugal, qualquer desejo de interferência nos assuntos internos de Espanha. O pedido era simplesmente humanitário, secundando a reação internacional de repúdio pelas condenações, e o embaixador foi instruído a passar para a imprensa espanhola a mensagem de que o povo português era particularmente sensível ao assunto, dado Portugal ter abolido a pena de morte havia mais de um século e isso mesmo estar consensualmente consagrado no projeto constitucional que se estava a preparar em Lisboa<sup>35</sup>.

Franco ignorou este e outros pedidos e, porventura em retaliação pelo assassinato de Carrero Blanco, levou por diante a execução das sentenças ao amanhecer de 27 de setembro. A notícia da aplicação das penas de morte provocou o mais grave incidente entre Portugal e Espanha durante todo o processo revolucionário. Nesse mesmo dia, em protesto contra os “crimes” do “fascista” Franco, a embaixada de Espanha em Lisboa foi assaltada e parcialmente incendiada e destruída, bem como, em menor escala, os consulados-gerais em Lisboa, Porto e Évora. A operação parece ter sido instigada por grupos radicais de extrema-esquerda, em cumplicidade com alguns jovens latino-americanos chegados a Portugal, todos apostados em provocar um conflito com a Espanha “reacionária” para ganhar posições em Portugal<sup>36</sup>. De facto, a vandalização da embaixada de Espanha forneceu uma imagética revolucionária forte, quase fazendo lembrar o assalto francês às Tulherias, em Paris (em 1792), ou a tomada do Palácio de Inverno pelos bolcheviques (em 1917)<sup>37</sup>.

Sendo uma provocação à Espanha, o ocorrido em Lisboa precisa, sobretudo, de ser lido à luz do que era a conjuntura da revolução lusa naquele momento. Dias antes, tomara posse o VI Governo Provisório, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo e com uma maioria de ministros do Partido Socialista, do PPD-PSD (social-democrata), ou independentes, que assinalava o fim do gonçalvismo e do domínio, na cúpula do Estado, da extrema-esquerda comunista. Dentro das Forças Armadas, e sobretudo no MFA (a ala política do exército que fizera o golpe de abril de 1974), o radicalismo de Otelo Saraiva de Carvalho e do seu COPCON estavam a ser vencidos pelo pragmatismo e pela moderação de Melo Antunes, líder do chamado “Grupo dos Nove” e regressado, com Pinheiro de Azevedo, ao ministério dos Negócios Estrangeiros. Estas movimentações, que se esperava poderem pôr termo à luta acesa do “verão quente” de 1975, acirraram, todavia, os ânimos da extrema-esquerda, que sentia estar a perder poder e que na “rua” tentou manter viva a legitimidade e a ação revolucionárias. O cerco

---

<sup>35</sup> AHD, Telegramas Lisboa-Madrid, pasta 88, n.º 157, 2.9.1975.

<sup>36</sup> Rezola, 2007, p. 236, e 2013, p. 430.

<sup>37</sup> Rezola, 2007, p. 233.

e assalto à embaixada de Espanha podem ter sido um ato desta agenda, destinado a impressionar a opinião pública. E, de facto, enquanto os populares saqueavam o edifício, roubando ou destruindo o mobiliário, o COPCON nada fez para repor a ordem, apenas assegurada, e já tarde, pela Polícia de Segurança Pública (PSP)<sup>38</sup>. Pinheiro de Azevedo e o “Grupo dos Nove” podiam estar a dominar os centros de decisão; mas não tinham mão sobre a “rua” anárquica, num país onde, em rigor, não havia (ainda) um Estado (reconstituído), tantos eram os poderes difusos e rivais, e que alguma imprensa expressivamente retratava como “um manicómio em autogestão” (*sic*)!<sup>39</sup>

A “psicose golpista”<sup>40</sup> que reinava em Portugal e a agressão às representações diplomáticas espanholas exasperaram o governo de Arias Navarro em Madrid. Circularam boatos de concentrações militares espanholas na fronteira de Badajoz e, de acordo com alguns refugiados portugueses que viviam no país vizinho, a invasão militar de Portugal, com a divisão *Brunete*, terá estado mesmo agendada para 1 de dezembro de 1975, com o pretexto de liquidar as bases da ETA e da FRAP que se acreditava existirem em terras portuguesas<sup>41</sup>. O facto de Meneses Rosa não fazer quaisquer referências a estes putativos planos deve significar que eles não passaram de elucubrações teóricas de alguns franquistas mais raivosos. De concreto, o governo de Madrid mandou retirar temporariamente de Lisboa o seu embaixador e o correspondente da TVE, suspendeu a cotização do escudo no Banco Central de Espanha e fechou alguns postos fronteiriços<sup>42</sup>. Num derradeiro assomo de lucidez e de vontade conciliadora, Franco opôs-se a qualquer gesto bélico de retaliação pelo que acontecera em Lisboa, travando as cúpulas militares mais belicistas do franquismo<sup>43</sup>. Do outro lado da fronteira, também Melo Antunes ajudou a desarmar o incidente, assumindo de imediato, em nome do governo, toda a responsabilidade pelo sucedido e comprometendo-se (como viria a ser feito), a indemnizar a Espanha pelos danos sofridos nos seus edifícios da embaixada e consulados-gerais<sup>44</sup>.

A gestão do incidente de setembro de 1975 – Melo Antunes qualificou-o como “um dos momentos mais dramáticos e mais difíceis das relações entre os dois países”<sup>45</sup> – terá sido, porventura, a última decisão de política externa tomada pelo Caudilho. A 1 de

---

<sup>38</sup> Rezola, 2013, p. 427.

<sup>39</sup> A expressão, pouco abonatória, fez manchete no semanário *Expresso*, a 18.10.1975 (v. Rezola, 2013, p. 433).

<sup>40</sup> Rezola, 2007, p. 237.

<sup>41</sup> Antunes, 2003, p. 42. Estes rumores de movimentações militares, ou de planos para tal, de cunho agressivo e iberista poderão ser sinais de uma outra hipótese acerca da autoria dos assaltos à embaixada e consulados de Espanha em Portugal: em vez de terem sido obra da extrema-esquerda portuguesa, em desagravo contra Franco, teriam, na verdade, sido fomentados por setores extremistas (de direita) espanhóis, para assim encontrarem pretexto para uma intervenção sobre o país vizinho, esta destinada, por sua vez, a reforçar a ala dura do franquismo em Madrid. Se assim foi, a estratégia falhou (v. Telo, 2008, p. 191).

<sup>42</sup> Sánchez Cervelló, 1993, pp. 355-357, e Ferreira, 1989, p. 72.

<sup>43</sup> Sánchez Cervelló, 2002, p. 285, e Telo, 2008, p. 193.

<sup>44</sup> Oliveira, 1995, p. 222. O governo português pagaria cerca de 300 mil contos (1,5 milhões € em conversão monetária direta) de indemnização ao Estado espanhol no princípio de 1976 (*ibidem*).

<sup>45</sup> Queirós, 2009, p. 146.

(cont.)

Outubro, no 39.º aniversário da sua investidura na chefia da Junta de Burgos e do Estado espanhol nacionalista (no início da Guerra Civil, em 1936), a *camarilla de El Pardo* organizou-lhe uma gigantesca manifestação de tributo diante das varandas do Palácio do Oriente. Um Franco muito diminuído e de voz sumida ainda encontrou forças para dizer à multidão que todos os problemas da Espanha se deviam a “uma conspiração maçónica e esquerdista da classe política em conluio com a subversão social comunista-terrorista” (*sic*), e que fora esta sinistra força que comandara “o assalto e destruição da nossa embaixada em Portugal, realizada no estado de anarquia e de caos em que se debate a nação irmã”<sup>46</sup>.

Meneses Rosa recebeu convite para estar presente, tanto na recepção oferecida ao corpo diplomático no Palácio do Oriente, como no *Te-Deum* mandado rezar na Catedral de La Almudena. Mas, em face dos acontecimentos recentes, o governo de Lisboa instruí-o para não comparecer. O embaixador anuiu, contrapondo que, nesse caso, seria de toda a conveniência não estar em Espanha naquele dia<sup>47</sup>. Na véspera da recepção, a 30 de setembro, informou Lisboa que partiria para Portugal nessa mesma noite, entregando a gerência interina da missão diplomática portuguesa ao conselheiro de embaixada e encarregado de negócios, Carlos Macieira Ary dos Santos<sup>48</sup>. Foi este quem reportou para Lisboa os principais ecos da cerimónia de 1 de outubro. A aparição pública do Caudilho, decidida e encenada pelo seu *bunker*, destinara-se a apaziguar a “ofensiva internacional” desencadeada pela execução das penas de morte dos dois “etarras” e dos três operacionais das FRAP. A condenação internacional, no entanto, poderia, por reação de “orgulho e patriotismo”, endurecer o regime e dificultar a resolução do que a generalidade da imprensa madrilenha (já) definia como o problema e desafio políticos centrais do momento: “conseguir um trânsito pacífico do atual sistema autoritário para um sistema democrático moderno, adequado à realidade social e económica de Espanha e conforme ao ambiente internacional”<sup>49</sup>.

#### 4. A morte do General Francisco Franco

No outono de 1975, a decadência política do franquismo espelhava de perto o definhado físico do Caudilho, que já mal justificava a manutenção do velho e erodido poder da sua ditadura. Era no futuro, na esperança das promessas democráticas, que a esmagadora maioria da nação espanhola punha já os olhos.

A 17 de outubro, Franco presidiu pela última vez ao Conselho de Ministros. Nos dias seguintes, a sua condição física piorou substancialmente, com sucessivos ataques cardíacos e diversas hemorragias internas, provindas de úlceras intestinais, agravadas por uma peritonite. Foi internado no hospital e, ao receber a extrema-unção, ordenou

---

<sup>46</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 341, 1.10.1975. Referindo-se a Portugal, Franco acrescentou no seu discurso, reproduzido para Lisboa, que não havia “ninguém mais interessado do que nós em que se restabeleça nela [na nação portuguesa] a ordem e a autoridade”. V. também Antunes, 2003, p. 452.

<sup>47</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 332, 28.9.1975.

<sup>48</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 339, 30.9.1975.

<sup>49</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-24, 9.10.1975.

(cont.)

que se executasse o art.º 11.º da *ley Orgánica del Estado*, o que significava, naquela circunstância, transferir de facto a chefia do Estado para o Príncipe D. Juan Carlos<sup>50</sup>. Ao contrário do que acontecera aquando de um primeiro internamento de Franco, em agosto do ano anterior, desta vez D. Juan Carlos parecia não estar disposto a aceitar uma mera transmissão provisória de poderes, enquanto se aguardavam melhorias de saúde do Caudilho<sup>51</sup>. A situação clínica deste era agora irreversível, e tanto que a imprensa começou “a falar de Franco no passado” e a promover de imediato a imagem do Príncipe. No final de outubro, já regressado a Madrid, Meneses Rosa traçou o ambiente ali reinante, referindo o misto de “ansiedade e serenidade” com que, de forma geral, se acompanhavam aqueles “momentos graves”, de “uma mudança na chefia do Estado já praticamente vacante”<sup>52</sup>. A chave de tudo estaria na existência de uma relação estável entre o Príncipe e o exército, ambos balizando uma “vontade de paz” e um desejo “de maior participação e transição ordeira e pacífica”<sup>53</sup>.

A imagem de D. Juan Carlos, ao tempo um jovem de 37 anos, estava a ser trabalhada pela ampla frente do reformismo moderado que, vinda do interior do regime ou de setores não radicais da oposição, via no futuro rei a chave de acesso ao poder. A generalidade da imprensa internacional referia-se ao sucessor de Franco com simpatia, esperança, compreensão e confiança. Mas o mesmo não acontecia – e o caso preocupou o embaixador português – com alguma imprensa lisboeta. Nos meados de novembro, o ministro dos Assuntos Exteriores espanhol, Pedro Cortina Mauri, sensibilizou Meneses Rosa para a necessidade de este chamar a atenção do governo português para os termos com que D. Juan Carlos era falado em alguns jornais da extrema-esquerda lusa. Nestes meios, o Príncipe era diminuído e tratado até com algum desprezo, como um mero franquista, educado pelo Caudilho para vir a ocupar um trono que seria uma continuidade da ditadura, ou uma democracia fantoche, controlada pelos restos do franquismo. Meneses Rosa falou neste sentido a Melo Antunes, sugerindo mesmo que o governo de Lisboa exercesse alguma pressão “junto dos referidos meios de informação”, e que mobilizasse a imprensa moderada portuguesa para a promoção do Príncipe, o que “não só ajudaria a atual fase de normalização das relações [bilaterais] como também poderia influenciar o futuro desenvolvimento de laços no previsível novo quadro político espanhol”<sup>54</sup>.

Apesar de ter vivido em Portugal na sua infância, D. Juan Carlos era ainda, largamente, um desconhecido em terras lusas. E, a despeito do entendimento ibérico para que Meneses Rosa trabalhava, o grosso da atenção pública e das manchetes portuguesas não estava centrado em Espanha. Em novembro de 1975, a agenda mediática em Portugal foi ocupada por diversos e candentes temas: as manifestações e

---

<sup>50</sup> González Cuevas, 2000, p. 421, e Preston, 2004, pp. 837-838.

<sup>51</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.ºs 374 e 377, 21 e 22.10.1975.

<sup>52</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-25, 30.10.1975 (ítálico meu). No dia seguinte, o embaixador informou Lisboa que Arias Navarro acabara de comunicar ao presidente das Cortes que D. Juan Carlos passaria, dali em diante, a presidir ao Conselho de Ministros (AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 395, 31-10-1975).

<sup>53</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-25, 30.10.1975.

<sup>54</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-27, 13.11.1975.

(cont.)



contramanifestações de apoio ou crítica ao executivo (de PS e PPD-PSD, no primeiro caso, e da extrema-esquerda, no segundo caso), a destruição à bomba dos emissores da Rádio Renascença (dia 7), a tensão antecedente à independência de Angola (dia 11), o cerco popular e operário à Assembleia Constituinte, com o consequente sequestro, no seu interior, dos deputados (dias 12 e 13), e a autossuspensão de funções do próprio governo de Pinheiro de Azevedo (dia 20)<sup>55</sup>. O país vivia “em transe”, com as esferas políticas e militares “em alta tensão”<sup>56</sup>; e o Estado parecia estar a “desintegrar-se”, acumulando-se os sinais de uma “comuna de Lisboa”, nas mãos da extrema-esquerda e na iminência de uma verdadeira guerra civil<sup>57</sup>. A 20 de novembro, o dia em que o governo entrou em greve – por estratégia concertada entre o PS e o “Grupo dos Nove” – tornou-se também pública a decisão de afastar Otelo Saraiva de Carvalho do comando da Região Militar de Lisboa (onde seria substituído por Vasco Lourenço) e de dissolver o COPCON, que seria integrado no Estado-Maior General das Forças Armadas. Era o tudo-por-tudo dos moderados contra os radicais. E foram estas decisões, confirmadas na madrugada de 25 de novembro, que fizeram “saltar” a extrema-esquerda para a tentativa do golpe militar falhado, nessa data, que assinalou o canto-do-cisne do radicalismo e o termo do seu domínio sobre a cena política portuguesa<sup>58</sup>.

Para se escorar no poder, o executivo, ajudado pelo Partido Socialista – o vencedor das eleições para a Assembleia Constituinte, em abril – voltava os olhos não para a Espanha, paralisada pelo estado comatoso em que Franco mergulhara, mas para as potências ocidentais, para a CEE e para os EUA<sup>59</sup>. Em Madrid, entretanto, esperava-se, pura e simplesmente, a morte de Franco: o *bunker* mergulhara na imobilidade, os liberais moderados impacientavam-se com a espera e a generalidade da opinião pública seguia a condição de saúde do velho ditador com “uma mescla de expectativa, morbosidade e inquietação”<sup>60</sup>. Nos termos de Meneses Rosa, a “tão prolongada agonia” do Caudilho e “a transitoriedade em que se tem mantido o Príncipe” dominavam o clima “de tensão e emotividade” reinantes<sup>61</sup>.

Depois de quase um mês em coma, com raros momentos em que recobrava os sentidos, e a dias de completar 83 anos de idade, Francisco Franco, Caudilho de

---

<sup>55</sup> Rezola, 2013, pp. 434-438.

<sup>56</sup> Amaral, 1995, p. 467.

<sup>57</sup> Avillez, 1996, p. 482.

<sup>58</sup> Rezola, 2007, pp. 244-251.

<sup>59</sup> Melo Antunes, o ministro dos Negócios Estrangeiros, e Mário Soares, líder do PS, estreitavam contactos e cumplicidades com o embaixador norte-americano, Frank Carlucci (e, portanto, com a CIA), levando os Estados Unidos, no que foram seguidos pelo Conselho de Ministros da CEE, a disponibilizarem empréstimos a Portugal, para que a política pró-ocidental do governo de Pinheiro de Azevedo não pudesse ser subvertida pelo comunismo do PCP e dos seus satélites partidários (Rezola, 2013, pp. 426, 452, 457-459). No outono de 1975, criou-se mesmo um “Comité de Apoio à Democracia em Portugal”, que congregava importantes nomes europeus, como Olof Palme, James Callaghan, Helmut Schmitt ou François Mitterrand (Amaral, 1995, p. 508).

<sup>60</sup> Fusi Aizpúrua, 2001, p. 799.

<sup>61</sup> AHD, Divisão de Política Euro-Americana (PEA, 1975-1976), PEA 25, Processo 320/Espanha (Política interna e externa espanhola) (doravante PEA 25), n.º 1414, 18.11.1975.

Espanha “*por la gracia de Dios*” (como o próprio gostava de referir), morreu pelas 5 horas da madrugada de 20 de novembro de 1975 – segundo o boletim clínico, por “choque endotóxico provocado por aguda peritonite bacteriana, disfunção renal, broncopneumonia, paragem cardíaca, úlcera de estômago, tromboflebite e doença de Parkinson”<sup>62</sup>. Meneses Rosa reportou o óbito para Lisboa por telex às 10:50h da manhã desse dia, ainda de forma oficiosa, e horas mais tarde, às 13.55h, já em comunicação oficial<sup>63</sup>. Até à investidura de D. Juan Carlos como rei de Espanha, desde logo apazada para cerimónia nas Cortes no dia 22, a chefatura do Estado ficava nas mãos do Conselho da Regência, liderado pelo presidente das Cortes, D. Alejandro Rodriguez de Valcarcel. Depois do velório de família, no Palácio do Pardo, o corpo de Franco seguiria para velório público no Palácio do Oriente, onde estaria de 21 a 23 de novembro. Nesse domingo, 23, realizar-se-ia então o funeral para o túmulo dos Vale dos Caídos, nos arredores de Madrid.

Na própria manhã de dia 20, Arias Navarro leu o testamento político do Caudilho, que comandara os destinos do país durante 36 anos (ou 39, somando-lhes os três anos da Guerra Civil): nunca tivera “outros inimigos que não fossem os da Espanha”, e deixava recomendado aos seus conterrâneos que não esquecessem o quanto “os inimigos da Espanha estão alerta”<sup>64</sup>. Pela câmara ardente desfilaram 300 a 500 mil pessoas, algumas chorando de saudade, a maioria, indiferente ou crítica de Franco, para marcar presença naquele evento histórico. Nenhum chefe de Estado estrangeiro compareceu no funeral, exceto o ditador chileno Augusto Pinochet<sup>65</sup>. Meneses Rosa, no entanto, recebeu instruções do governo português para ali comparecer e para expressar as condolências protocolares ao Conselho da Regência, e o executivo de Lisboa decretou três dias de luto nacional pela morte do chefe de Estado do país vizinho<sup>66</sup>.

O óbito de Franco era, no fundo, uma *não* notícia, de tal forma a sua doença se arrastara – ou uma notícia inevitável, apenas à espera de dia e hora para acontecer. A morte do Caudilho privou o franquismo mais serôdio do seu símbolo e do seu cimento agregador. Com ela desaparecia, de facto, naquela hora mesma, “toda uma etapa da história da direita espanhola”, “enterrando” o seu próprio regime<sup>67</sup>. De maneira que a notícia que mais interessava era que tipo de evolução e contorno políticos seriam os do pós-franquismo, agora nas mãos do novo rei de Espanha. Como Meneses Rosa já comentara, esperançoso, o povo espanhol estava preparado para defender e lutar “pela sua paz, pela sua tranquilidade e por uma evolução ordenada para novas quotas de participação, de liberdade e de equilíbrio social”. Depois de Franco, estimava o

---

<sup>62</sup> Preston, 2004, p. 839.

<sup>63</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.ºs 425 e 426, 20.11.1975.

<sup>64</sup> Um resumo do “testamento político” de Franco, lido por Arias Navarro na TVE, foi comunicado pelo embaixador para Lisboa no dia seguinte (AHD, PEA 25, n.º 1431, 21.11.1975). Mais do que citar as palavras do Caudilho, Meneses Rosa preferiu enfatizar as do presidente do Governo, apelando à unidade e à colaboração de todo o povo espanhol em torno “do futuro rei de Espanha”, para que, naquela hora decisiva, os espanhóis não se voltassem a “despedaçar” em guerras fratricidas.

<sup>65</sup> Preston, 2004, pp. 840-842.

<sup>66</sup> AHD, Divisão de Política Euro-Americana (PEA, 1975-1976), PEA 38, Processo 330/Espanha (Relações bilaterais entre Portugal e Espanha) (doravante PEA 38), n.º 1443, 25.11.1975.

<sup>67</sup> González Cuevas, 2000, pp. 421 e 423.

(cont.)

embaixador, a política espanhola não poderia ser “a mesma da de Franco”. Essa “incompatibilidade” resultava “da própria estrutura legal do franquismo”, que se identificava com “uma monarquia absoluta”. Em contraste, acrescentava ele, “a monarquia do Príncipe será, por seu turno, uma monarquia constitucional limitada”, numa sucessão controlada que materializaria a passagem “de uma época de adesão a outra de participação”<sup>68</sup>.

## 5. A erosão ideológica dos franquistas

De acordo com o retrato sintético de dois historiadores espanhóis, com a morte de Franco “abriu-se um tempo de incerteza, com a presença de partidos, grupos e grupúsculos em busca de um espaço próprio, no qual se cruzavam, enfrentavam ou coligavam gentes de várias gerações, com muito diversas biografias políticas, carregadas de experiências de poder e de oposição, sob um fundo de crise política, agudizada pelo fim do ciclo de desenvolvimento económico com a subida do preço do petróleo e a inflação”<sup>69</sup>. Naquele final de 1975, ao cabo de mais de três décadas e meia de ditadura franquista, só as camadas etárias mais velhas da Espanha tinham memória das instituições liberais e dos direitos e garantias existentes – embora por vezes maltratados – até à Guerra Civil de 1936-1939. E era um qualquer liberalismo, uma abertura liberal e reformista a caminho da restauração plena da democracia o que a maioria daqueles grupos e atores procurava, depositando o imediato das suas expectativas e esperanças na figura de D. Juan Carlos de Borbón. A sua seria uma monarquia nova, restaurando a linha dinástica interrompida desde Afonso XIII (o avô do novo rei)<sup>70</sup>; restava saber se seria uma *nova* monarquia, diferente e distanciada do franquismo que a preparara, desde o final da década de 1960, como solução de continuidade.

O povo espanhol e a diplomacia acreditada em Madrid colheram as primeiras impressões substantivas acerca de D. Juan Carlos a 22 de novembro, o dia em que se realizou a cerimónia de investidura do Príncipe como rei de Espanha, em sessão solene conjunta das Cortes e do Conselho do Reino, logo seguida da primeira mensagem do monarca à nação. O Estado português fez-se representar no ato pelo embaixador e por um ajudante de campo do Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, que não pôde ali deslocar-se<sup>71</sup>. Meneses Rosa, que até aí usara sempre de um tom relativamente burocrático, quando não crítico, nas informações prestadas acerca de Franco, não poupou elogios ao novo rei, em repetidas mensagens para Lisboa, às quais juntava

---

<sup>68</sup> AHD, PEA 25, n.º 1381, 6.11.1975.

<sup>69</sup> Martorell e Juliá, 2012, p. 390.

<sup>70</sup> Em 1940, depois da vitória de Franco na Guerra Civil e perante a assunção deste das funções de chefe de Estado, Afonso XIII, exilado em Itália desde 1931, abdicou dos seus direitos no filho, D. Juan de Borbón, o conde de Barcelona. O Príncipe D. Juan Carlos de Borbón, filho do conde de Barcelona e neto de Afonso XIII, nasceu em Roma, em 1938. Educado em Espanha a partir dos 11 anos, por acordo entre o pai e Franco, seria ele o escolhido pelo Caudilho para assumir o trono, após a sua morte. O conde de Barcelona nunca reinaria em Espanha. Em junho de 1977, depois de anos de alguma tensão familiar, ele próprio renunciaria aos seus direitos monárquicos, assim contribuindo para reforçar a legitimidade política do filho e da nova monarquia democrática espanhola.

<sup>71</sup> AHD, Telegramas Lisboa-Madrid, pasta 88, n.º 226, 22.11.1975.

(cont.)

diversos recortes de imprensa espanhola, todos “muito favoráveis ao discurso da Coroa”<sup>72</sup>. D. Juan Carlos prestara tributo a Franco e homenagem ao pai e falara, sobretudo, na “nova fase da vida da Espanha”, prometendo uma linha política de conciliação e de harmonização em torno de algumas linhas mestras que o embaixador assim resumia: “respeito pela tradição dinástica”; “aperfeiçoamentos profundos do Estado pedidos pelo câmbio geracional”; “concerto plural de opiniões”; “liberdade baseada em maior justiça social e económica”; e “unidade nacional com respeito pelas particularidades regionais”. “Parece”, resumia o informe diplomático, “que tanto os mais conservadores se mostraram satisfeitos como os mais evolucionistas não se desgostaram”; e por isso “a nova etapa começa[va] sob o signo da confiança, da esperança e da ampla perspectiva de possibilidades de convivência e paz”<sup>73</sup>.

Dali a dias, a 27 de novembro, D. Juan Carlos recebeu o corpo diplomático. À delegação lusa falou em português, dizendo que seguia “com grande atenção e interesse os acontecimentos em Portugal”, e que mantinha com o país vizinho “uma grande amizade”, recordando a sua “infância feliz” (no Estoril). À despedida, pediu a Meneses Rosa, “com certa emoção, que levasse o seu abraço a Portugal”<sup>74</sup>. O embaixador reportou este diálogo com satisfação pessoal, o mesmo acontecendo ao noticiar o relevo que a comunicação social espanhola tinha dado ao voto da Assembleia Constituinte portuguesa pela paz, pela democracia e pela justiça entre os dois povos ibéricos, aprovado pelas bancadas do PS, do PPD-PSD e do CDS e com a abstenção do PCP e do MDP-CDE<sup>75</sup>. Tinham passado, entretanto, dois meses sobre a destruição da embaixada espanhola em Lisboa. Tanto o embaixador Antonio Poch y Gutierrez, que se retirara nessa altura para Madrid, como o ministro dos Assuntos Exteriores, Pedro Cortina Mauri, queriam normalizar as relações luso-espanholas. De ambos partiu o pedido ao rei para que Antonio Poch regressasse à capital portuguesa, um anseio a que D. Juan Carlos logo se mostrou “pessoalmente favorável”<sup>76</sup>. A decisão, tomada no início de dezembro, efetivou-se a 1 de janeiro de 1976, quando a embaixada de Espanha em Lisboa voltou a ter o seu titular<sup>77</sup>.

Muitas das promessas do novo rei e do estado de graça que o parecia rodear dependeriam da maneira como a política governamental fosse doravante traçada, com um maior ou menor grau de rutura ou de continuidade em relação ao passado franquista, a que se tributava o necessário respeito, mas cujo legado quase ninguém parecia querer reivindicar. Carlos Arias Navarro fora uma escolha primo ministerial do Caudilho. Iria o rei mantê-lo na liderança do governo ou substituí-lo? Em que termos, no primeiro caso, e por quem, no segundo caso? A 4 de dezembro o embaixador português achava que Arias iria continuar, mas com um gabinete remodelado que reeditasse, e agora com

---

<sup>72</sup> AHD, PEA 25, n.º 1436, 25.11.1975.

<sup>73</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.ºs 428 e 432, 22 e 25.11.1975.

<sup>74</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 437, 28.11.1975.

<sup>75</sup> AHD, PEA 38, n.º 1443, 25.11.1975.

<sup>76</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 448, 6.12.1975.

<sup>77</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 466, 30.12.1975.

(cont.)

mais substância, o “espírito de 12 de fevereiro”<sup>78</sup>. Poderia, no entanto, tratar-se de uma mera interinidade, até o Conselho do Reino apresentar ao monarca novo nome: talvez Fraga Iribarne, talvez José María Areilza, talvez Manuel Díez Alegria. Dois dias depois chegou a Lisboa a notícia de que o rei confirmara a continuidade de Arias e que este já aceitara: vencera, pois, na liderança do governo, a “continuidade”, embora tal não significasse “continuismo, pois e[ra] natural uma nova equipa de ministros”, com “personalidades” dispostas e capazes de “imprimir novo estilo e ritmo”<sup>79</sup>.

O novo governo, que tomaria oficialmente posse a 12 de dezembro, abriu as portas a uma ala de rostos mais jovens, *aperturistas* ou pró-democráticos, com destaque para Fraga Iribarne, José María Areilza, António Garrigues e Adolfo Suárez, que ocuparam, respetivamente, as pastas da *Gobernación*, dos Assuntos Exteriores, da Justiça e do *Movimiento* (o ainda partido único, herdeiro da Falange)<sup>80</sup>. Na análise de Meneses Rosa, não se tratava de uma simples renovação nominal, mas de efetivos sinais de “abertura democrática, que antes não chegou a realizar-se”. Se classificável, o novo gabinete era “de direita e de centro-liberal”, predominando mais, por ora, a ideia da “reforma” do que a da “rutura, ainda que pacífica”, com a linha franquista<sup>81</sup>. Mas os franquistas estavam em claríssimo recuo, pois o futuro que já ali se desenhava era o da “participação de todas as correntes com vocação democrática, sem mais exclusões do que as que têm como objetivo a destruição do Estado”, ou seja, o radicalismo de extrema-esquerda ou o separatismo terrorista basco. É verdade que ainda havia “intransigentes imobilistas” e, no extremo oposto, uma esquerda “hostil à monarquia

<sup>78</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 445, 4.12.1975. A expressão “espírito de 12 de fevereiro” tinha uma explicação. Fora nesse dia, em 1974, que Carlos Arias Navarro apresentara o seu governo e o seu programa nas Cortes, depois de suceder ao malgrado almirante Carrero Blanco. Sem enjeitar o legado de continuidade franquista que representava, o novo Presidente do governo prometera, contudo, um novo curso político, que passava pela elaboração de uma nova lei eleitoral e de uma nova lei sindical, e pela legalização controlada de associações políticas, o que parecia abrir a porta a um melhor entendimento com as oposições moderadas (democratas-cristãos, sociais-democratas e socialistas). Estas declarações criaram uma expectativa, um “espírito”, propagandeado na imprensa pelo então ministro da Informação, Pío Cabanillas. Arias Navarro, no entanto, não conseguiu mais do que oscilar entre a pressão dos ultras e a oposição moderada, e foi obrigado, muitas vezes, a ter mão dura face à oposição radical. Desta forma, o equivalente espanhol da “primavera” marcelista cedo esgotou o seu ímpeto tentativamente reformista (v. González Cuevas, 2000, p. 419, e Fusi Aizpúria, 2001, p. 792).

<sup>79</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 447, 6.12.1975.

<sup>80</sup> Fusi Aizpúria, 2001, p. 803. O titular das relações exteriores, José María Areilza – o novo homólogo de Ernesto Melo Antunes, portanto – fora embaixador na Argentina, nos EUA e em França, antes de passar a Secretário Executivo do Conselho Privado do Príncipe D. Juan Carlos, funções que exercera entre 1966 e 1969. O “brilhantismo” de Areilza, e também o peso político de Fraga Iribarne, vice-presidente no novo executivo, ambos muito influentes junto de D. Juan Carlos, ofuscavam a posição do ainda presidente Arias Navarro (González Cuevas, 2000, p. 427).

<sup>81</sup> Em dezembro de 1975, “reforma” e “rutura” não eram exatamente palavras sinónimas. Ambas exprimiam uma distância e uma recusa em relação ao passado franquista; mas era justamente o *grau* e a *extensão* dessa recusa e distância que estavam em causa. Ao escolher reempossar Arias Navarro, D. Juan Carlos começou o seu reinado de forma prudente, não querendo romper de imediato com o *status quo* anterior. Mas aquele segundo governo Arias era uma decisão sua, e por isso ele teria de responder já não a Franco, mas a um monarca que se inclinava, e se inclinou, para a via democrática. Depois de ter sido escolhido por Franco, o próprio presidente do governo nunca soube, porque no fundo nunca quis, assumir-se como um reformista, adequado aos novos tempos. E assim, ao (re)tomar posse, era capaz de prometer aos espanhóis a futura “construção de uma democracia que não possa ser sabotada por nenhuma ameaça totalitária”, e de lhes pedir, do mesmo passo, e contraditoriamente, que se congregassem para “perseverar e continuar a gigantesca obra de Francisco Franco” (*sic*)! (Martorell e Juliá, 2012, p. 392).

(cont.)

restaurada”. Estas eram, porém, posições “minoritárias”, que “o imenso caudal de esperanças existente no país” em torno do rei rapidamente submergiria, desde que D. Juan Carlos e o seu novo governo dessem provas de “real progresso no sentido da liberdade e da democracia”, “abrindo certas portas e descongelando certas posições demasiado endurecidas durante décadas”. Tratava-se de um caminho que não se realizaria em dias. Todavia, concluía o diplomata português, a rota era inescapável, e seria trilhada “de maneira gradual e serena, sem obstrução ou resistências do *bunker*, nem manobras perturbadoras de outras minorias de sinal oposto”<sup>82</sup>. Mesmo que a história da nova Espanha “juancarlista” tenha mostrado, desde os finais de 1975 e ao longo dos anos de 1976 e 1977, alguns acidentes, contratempos ou resistências, Meneses Rosa não se enganava ao prever a rápida erosão dos franquistas e o triunfo da via democrática, pluralista e pró-ocidental que no passado não fora possível.

## Conclusão

A morte de Franco ocorreu cinco dias antes de em Portugal acontecer o contragolpe de 25 de novembro (de 1975), por intermédio do qual a ala moderada do MFA, secundada pelas forças partidárias pró-democráticas (PS, PPD-PSD e CDS), desmantelou e impediu um último pronunciamento militar radical, permitindo que o processo revolucionário virasse ao centro e derrotasse a deriva comunista, encetada oito meses antes, na sequência do 11 de março, e que fizera de 1975 (na pitoresca descrição do jornalista Francisco de Sousa Tavares), “um ano de inferno, paranoia e idiotice”<sup>83</sup>. Como a generalidade da historiografia portuguesa reconhece, abriu-se então um novo momento político: “o da transição entre o processo revolucionário, que marcara os anos de 1974-1975, e a institucionalização da democracia”<sup>84</sup>, finalmente consagrada com a aprovação da Constituição portuguesa de abril de 1976, que colocou o país em plena sintonia com a Europa ocidental e também com a diplomacia norte-americana.

Há naturalmente a tentação, até pela coincidência temporal, de imaginar que a morte do Caudilho possa ter tido alguma influência nos acontecimentos que logo se deram em Lisboa. A haver uma ligação, terá sido ténue e muito indireta. O 25 de novembro foi o resultado de uma escalada de tensões e medições de força que vinha desde o termo do gongalvismo, em setembro, entre as forças democráticas, em processo de recuperação após o recuo de março, e os grupos de extrema-esquerda, que sentiam o estertor da sua influência sob o governo de Pinheiro de Azevedo e a ascensão do “Grupo dos Nove”. Franco morreu a 20 de novembro, mas o óbito poderia ter facilmente acontecido semanas antes ou semanas depois. O Caudilho estava entregue à lei da natureza e à irreversível progressão dos muitos males físicos de que padecia. E um qualquer “25 de novembro” estava também no horizonte da política portuguesa como um último confronto entre as duas macro opções que vinham dividindo Portugal desde abril de

---

<sup>82</sup> AHD, Aerogramas Madrid-Lisboa, n.º A-29, 11-12-1975, e Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 453, 12.12.1975.

<sup>83</sup> Amaral, 1995, p. 476.

<sup>84</sup> Rezola, 2007, p. 272. Nas palavras de Mário Soares, o 25 de novembro foi, muito simplesmente, “um ponto de viragem que marcou o fim da desfilada em que estávamos a correr para o abismo. Foi um recomeço, um regresso à pureza inicial do 25 de abril; um rasgar de novos horizontes de esperança, com a consolidação da democracia pluralista” (Avillez, 1996, p. 492).

(cont.)

1974: a via democrática, pluripartidária, capitalista e ocidental, ou a via terceiro-mundista, comunista e revolucionária. Os dois factos – em Madrid e Lisboa – quase coincidiram no tempo; mas se alguma coisa os interligou foram as *consequências* convergentes de ambos, e não tanto a sua *ocorrência* quase simultânea<sup>85</sup>. Desaparecido Franco, o elo que mantinha os ultras agarrados ao poder em Espanha, e encetado o epílogo do PREC português, os dois países puderam pender para o centro. No caso espanhol, isso significava acelerar a democratização a partir da reforma da direita; no caso português significava a mesma coisa, mas a partir da neutralização da extrema-esquerda.

O desaparecimento de Franco foi reportado para Lisboa, pelos canais diplomáticos, como o facto inelutável por que a maioria dos espanhóis aguardava para desbloquear o futuro, para remover a última peça que impedia o trânsito para um Estado e uma sociedade democratizados. Também as notícias do 25 de novembro chegaram a Madrid, e ali foram bem-recebidas. Durante o “verão quente” de 1975, quando em Portugal imperavam as forças radicais do governo gonzalvista e do apoio que o Partido Comunista lhe prestava, a imprensa espanhola do “*gironazo*” exibira títulos como “Portugal a caminho do abismo”, “Portugal, barril de pólvora a arder” ou “Lisboa é uma Madrid da Guerra Civil”<sup>86</sup>. A partir de 25 de novembro, as manchetes em Madrid passaram a ser outras: “Lisboa já não é a cidade vermelha”, “Voltou a ordem no novo poder militar”, “O último golpe confirmou que uma guerra civil não é possível hoje em Portugal”, “O mito do poder comunista naufragou” ou “A esperança e o futuro de Portugal cifram-se na nova Constituição”<sup>87</sup>. Meneses Rosa coligiu todos estes, e outros títulos, e enviou os recortes para Lisboa. Um deles mereceu-lhe destaque especial: tratava-se de um título do diário madrileno *El Pueblo* sobre os últimos acontecimentos em Lisboa, onde se lia que “*en todo este Waterloo de la izquierda se sostiene en pie la figura de Melo Antunes*” (o ministro dos Negócios Estrangeiros português, superior hierárquico do embaixador)<sup>88</sup>.

A morte de Franco e o 25 de novembro em Portugal simplesmente combinaram-se para abrir novos cenários de aproximação bilateral, dissipando de vez eventuais tentações de intervencionismo iberista, militar ou político, que ainda existissem num franquismo cada vez mais moribundo<sup>89</sup>. Na cidade da Guarda, em Portugal, no início de fevereiro de 1976, Melo Antunes e o seu homólogo espanhol, José María Areilza, encontraram-se para uma verdadeira cimeira luso-espanhola. Em ambiente de franca cordialidade e

---

<sup>85</sup> Nas suas memórias, Diogo Freitas do Amaral, que era, na altura, líder do CDS, o partido do Centro Democrático Social (à direita de Sá Carneiro e de Mário Soares), dedica páginas inteiras à narrativa dos acontecimentos que preencheram a crucial semana de 17 a 25 de novembro de 1975 em Portugal. Em todo esse relato, há apenas uma única nota, anódina e isolada, acerca de Espanha, referente ao dia 20 de novembro: “Morre o Generalíssimo Franco, a quem sucede automaticamente, e sem crises, o rei D. Juan Carlos” (Amaral, 1995, pp. 467-474, *maxime* p. 469).

<sup>86</sup> Sánchez Cervelló, 1993, pp. 362-363.

<sup>87</sup> AHD, Telegramas Madrid-Lisboa, pasta 137, n.º 452, 11.12.1975.

<sup>88</sup> AHD, Divisão de Política Euro-Americana (PEA, 1975-1976), PEA 16, Processo 311 (Informação sobre Portugal na imprensa espanhola), n.º 1485, 10.12.1975.

<sup>89</sup> Telo, 2008, p. 192.

de “desejo de rápida normalização das relações bilaterais”<sup>90</sup>, quiseram ambos pôr um ponto final nas desconfianças e reservas que tinham marcado a relação ibérica desde abril de 1974. O encontro da Guarda foi, deste modo, “o começo de um tempo novo no diálogo peninsular que, apoiado em simetrias democráticas, supera as ‘costas voltadas’ mediante uma política de amizade e colaboração”<sup>91</sup>, contribuindo também bastante para a reunião dos portugueses em torno da democracia que estavam a construir. Areilza e Melo Antunes acertaram entre si medidas concretas, como o restabelecimento da cotação do escudo em Espanha, o calendário de pagamento das indemnizações pelo assalto à embaixada e consulado espanhóis em Portugal, meses antes, um convénio sobre a delimitação da plataforma marítima territorial da Península, um acordo de princípio para a construção da ponte sobre o rio Guadiana, além de outros passos ou promessas de colaboração administrativa e aduaneira, de reforço de relações económicas e empresariais e de investimentos conjuntos na área do turismo<sup>92</sup>. A 2 de abril de 1976, data da ratificação parlamentar da Constituição portuguesa, Melo Antunes declarou em entrevista a *O Jornal* que os seus contactos com o ministro Areilza tinham assegurado nada menos do que “uma *détente* à escala ibérica”<sup>93</sup>.

Em Espanha, a morte de Franco foi o ato final de uma decadência política do franquismo que vinha de trás, e que se acelerara bastante a partir do momento em que o Caudilho renunciou à presidência do governo, entregando-a a Carrero Blanco, primeiro e, depois, a Arias Navarro. E após novembro de 1975 foi rápida a erosão dos franquistas que ainda restavam. Como resume um historiador espanhol, o desaparecimento do Generalíssimo “significou a culminação do processo de fracionamento da unidade da direita que este [Franco] com sumo cuidado tinha sabido manter e utilizar em seu proveito”; depois dele, se não mesmo ainda em vida dele, a direita “utopicamente continuista” perdeu em toda a linha para uma outra direita (e centro), “realisticamente reformadora”<sup>94</sup>. Houve como que um “tácito acordo nacional” – aliás materializado, depois, no *pacto del olvido* – em relegar o regime passado ao esquecimento; e por isso “os planos para perpetuar o franquismo depois da sua [de Franco] morte deram em nada”<sup>95</sup>. A modernização socioeconómica que vinha desde os anos 1960, feita pelos tecnocratas *aperturistas* – com o Caudilho ou *apesar* do Caudilho – e a própria renovação geracional tornaram fácil, para a maioria da população adulta dos anos 1970, esquecer a Espanha de Franco e apostar tudo na transição para a democracia e na aproximação (como em Portugal), ao eldorado europeu da CEE<sup>96</sup>.

Em julho de 1976, politicamente esgotado, porque no fundo deslocado em relação à nova Espanha que estava a nascer, Arias Navarro demitiu-se, permitindo a D. Juan Carlos entregar o governo ao político que o país vizinho recorda, ainda hoje, como o

---

<sup>90</sup> Rezola, 2013, p. 464.

<sup>91</sup> Torre Gómez, 1998, p. 150.

<sup>92</sup> Sánchez Cervelló, 1993, p. 357, e Rezola, 2013, pp. 464-465.

<sup>93</sup> Rezola, 2013, p. 465.

<sup>94</sup> González Cuevas, 2000, p. 423.

<sup>95</sup> Preston, 2004, p. 844.

<sup>96</sup> Preston, 2004, pp. 845-848, e Sardica, 2013, pp. 263-266.

(cont.)



verdadeiro cérebro e obreiro da democratização espanhola: Adolfo Suárez<sup>97</sup>. Em dezembro desse ano, a lei da Reforma Política do Estado, que desenhava o contorno institucional da nova Espanha, foi referendada positivamente por uma esmagadora maioria de c. 94% dos votantes. Significativo foi o facto de os votos contra, oriundos dos restos do “franquismo puro”, não terem ultrapassado os 2,6%<sup>98</sup>. Nas primeiras eleições pluripartidárias livres, em junho de 1977, vencidas pela UCD de Adolfo Suárez, a *Alianza Popular*, que servia de rótulo aos franquistas, quedou-se como o último partido, com 4,4%<sup>99</sup>. Finalmente, em dezembro de 1978, 88% do eleitorado espanhol disse “sim” à nova Constituição, um resultado que era a prova inequívoca da vitória de Suárez e do rei D. Juan Carlos sobre o passado ditatorial a que o país (quase) inteiro voltava as costas<sup>100</sup>.

## Referências

### Fontes Primárias

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa)  
Coleção de Telegramas recebidos da Embaixada de Portugal em Madrid (pasta 137)  
Coleção de Aerogramas recebidos da Embaixada de Portugal em Madrid (1975)  
Coleção de Telegramas enviados de Lisboa para a Embaixada de Portugal em Madrid (pasta 88)

Divisão de Política Euro-Americana (PEA, 1975-1976)  
PEA 16, Processo 311 (Informação sobre Portugal na imprensa espanhola)  
PEA 25, Processo 320/Espanha (Política interna e externa espanhola, 1975)  
PEA 38, Processo 330/Espanha (Relações bilaterais entre Portugal e Espanha, 1975)

Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa)

Relações Diplomáticas A-Z / Espanha: Titulares de Cargos (1974-1977)  
[<https://idi.mne.pt/pt/titulares/580-espanha.html>, acessado a 9 de Janeiro de 2019]

### Bibliografia

Amaral, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand.

---

<sup>97</sup> José María Areilza, o ministro dos Assuntos Exteriores, foi o candidato derrotado na sucessão de Arias Navarro para a presidência do governo espanhol. Ultrapassado por Adolfo Suárez, cessou então funções políticas, sendo substituído, na pasta dos Assuntos Exteriores, por Marcelino Oreja Aguirre. No final desse mesmo mês de julho de 1976, com a tomada de posse do I Governo Constitucional em Portugal, liderado por Mário Soares, seria a vez de Ernesto Melo Antunes entregar o lugar de ministro dos Negócios Estrangeiros a um novo titular, José Medeiros Ferreira.

<sup>98</sup> Fusi Aizpúrua, 2001, p. 806.

<sup>99</sup> Fusi Aizpúrua, 2001, p. 808.

<sup>100</sup> Fusi Aizpúrua, 2001, pp. 809-810.

Antunes, José Freire (2003). *Os espanhóis e Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro.

*Anuário Diplomático e Consular Português* (1988). Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Vol. LXX.

Avillez, Maria João (1996). *Soares. Ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ferreira, José Medeiros (1989). *Um Século de Problemas. As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*. Lisboa: Livros Horizonte.

Fusi Aizpúrua, Juan Pablo (2001). «El régimen autoritario (1960-1975)» e «La Transición Democrática (1975-1982)». In José María Jover Zamora, Guadalupe Gómez-Ferrer e Juan Pablo Fusi Aizpúrua, *España: Sociedad, Política y Civilización (siglos XIX-XX)*. Madrid: Editorial Debate, pp. 767-799 e 801-817.

Gaspar, Carlos (2000). «Estruturas, alianças e regimes. As relações entre Portugal e Espanha (1926-1974)», *População e Sociedade*, 6, 165-209.

González Cuevas, Pedro Carlos (2000). *Historia de las derechas españolas. De la Ilustración a nuestros días*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Jiménez Redondo, Juan Carlos (1996). *El ocaso de la amistad entre las dictaduras ibéricas, 1955-1968*. Mérida: UNED.

Lemus López, Encarnación (2002). «La Transición Ibérica. Ruptura frente a reforma en las democratizaciones de Portugal y España». In *Relações Portugal-Espanha. Uma história paralela, um destino comum?* Porto: CEPESE, 103-122.

Martorell, Miguel; Juliá, Santos (2012). *Manual de historia política y social de España (1808-2011)*. Barcelona: RBA Livros, S.A.

Oliveira, César (1995). *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*. Lisboa: Edições Cosmos.

Preston, Paul (2004). *Franco, Caudillo de España*. Barcelona: Ed. Bolsillo.

Queirós, António José (2009). «As relações luso-espanholas: da Primeira República à União Europeia (1910-1997)», *População e Sociedade*, 17, 131-153.

Rezola, Maria Inácia (2007). *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Rezola, Maria Inácia (2013). *Melo Antunes. Uma Biografia Política*. Lisboa: Âncora Editora.

Sánchez Cervelló, Josep (1993). *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Sánchez Cervelló, Josep (2002). «Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)», *Historia y Política. Ideas, procesos y movimientos sociales*, 7, 267-287.

Sardica, José Miguel (2013). *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Telo, António José (2008). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade*. Lisboa: Editorial Presença (Vol. II).

Torre Gómez, Hipólito de la (1998). «De la distancia rival al encuentro indeciso: La relación peninsular en la edad contemporánea». In Antonio Morales Moya (org.), *Los 98 Ibéricos e El Mar*. Madrid: Comissariado do Pavilhão de Espanha na Expo'98, Vol. I, 125-154.

Vicente, António Pedro (2003). *Espanha e Portugal. Um Olhar sobre as Relações Peninsulares no Século XX*. Lisboa: Tribuna da História.